



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ  
*Gabinete da Presidência*

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Teresina, 06 de setembro de 2012.

Sinto-me no dever de, em nome da verdade, esclarecer pontos abordados na minha entrevista coletiva realizada no dia 04 de setembro último, afastando equivocadas e injustas interpretações.

Na referida fala, obviamente, em nenhum momento, procurei responsabilizar os Juízes de Direito pelos problemas estruturais do Poder Judiciário do Estado do Piauí (como falta de servidores, nas instalações físicas dos Fóruns, falta de materiais e equipamentos, inclusive da tecnologia da informática, etc.) apontados no Relatório feito pela Douta Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí e amplamente divulgado na imprensa e levado ao CNJ;

Os problemas acima referidos, conhecidamente históricos, foram acumulados ao longo do tempo, sendo inimputável a qualquer administração anterior, menos ainda aos meus 95 (noventa e cinco) dias na Presidência do Poder Judiciário do Estado do Piauí; aliás, muitos destes óbices constituem, na realidade, marca sempre presente na Justiça brasileira, notadamente na estadual, pelos seus parcos recursos;

Devo dizer, com todas as letras, que ao me referir aos dignos Juízes de Direito, limitei-me, tão somente, em lembrar a salutar possibilidade da realização de pequenas despesas com compras e contratações de obras e serviços necessários à administração da Justiça na área de sua competência (com fundos do FERMOJUPI), limitados, naturalmente, aos valores estabelecidos pela Lei Complementar nº 163/11; fiz, também, referências, com a mesma intenção, a problemas específicos que demandam iniciativas ligadas à boa gestão administrativa, na Vara ou Comarca. Tais questões, respondendo a perguntas isoladas e pontuais dos senhores jornalistas na referida entrevista;

Prestados tais esclarecimentos, reconheço: a) que muito avançamos, bastando observar e conhecer o Judiciário Piauiense, principalmente, nos últimos tempos. Sem sombras de dúvidas, adquirimos nova face, mesmo sabendo da existência de um longo caminho a percorrer; b) que é público e notório o valor pessoal e intelectual dos magistrados piauienses que, sensíveis a essa realidade, não medem esforços, e com abnegação, dedicação e trabalho, buscam, indormidamente, a eficiente prestação jurisdicional, cômicos de seu dever constitucional e ético.

E por fim, aberta ao diálogo e a colaboração, conclamo os meus pares, a todos os magistrados e serventuários, a construirmos/reconstruirmos o Poder Judiciário do Estado do Piauí, dando continuidade aos trabalhos dos meus antecessores.

São estas as minhas palavras.

Atenciosamente,

  
Desa. EULÁLIA MARIA RIBEIRO GONÇALVES NASCIMENTO PINHEIRO  
PRESIDENTE TJ/PI